

34ª RBA – Reunião Brasileira de Antropologia

Territórios vivos, corpos plurais – Antropologia e saberes críticos

Belo Horizonte – 23 a 26 de julho de 2024

GT 094: Saberes Localizados, escritas de si e entre os seus: desafios político-teóricos e metodológicos nas práticas etnográficas

Vidas em trânsito: escrita de si - e de nós - entre mulheres negras brasileiras migrantes¹

Yssysay Rodrigues (UnB/ Brasília)

Palavras-chave: migração; racismo; mulheres negras.

“Vocês, mulatas, são confusas.”

Ouvi essa frase de um amigo moçambicano em minhas primeiras semanas em Moçambique, país em que vivi ao longo de cerca de cinco anos entre 2010 e 2016, em diferentes regiões e contextos.

É a partir dela que este ensaio traz algumas reflexões sobre a minha trajetória e como ela deu origem e se relaciona diretamente com minhas preocupações atuais de pesquisa, voltadas para a análise de histórias de vida de mulheres negras migrantes. Para além desse exercício inicial, pretendo apresentar algumas breves questões metodológicas sobre o uso das chamadas “escritas de si” em Antropologia, cujo aprofundamento será fundamental para o desenvolvimento de minha tese de doutorado, em fase inicial de construção.

Sou uma mulher de pele clara e cabelos crespos “tipo quatro”, uma definição que só chegou há poucos anos para o que se costumava chamar de “pixaim”, no Brasil, ou “carapinha”, em Moçambique. Sou filha de um relacionamento interracial entre uma mulher branca e um homem preto. Meu pai, porém, virou estatística cedo, assassinado a tiros na escadaria da Lapa, em São Paulo, aos vinte e dois anos, nos anos mil novecentos e noventa. Depois disso, eu segui convivendo esporadicamente com parte da minha família paterna, porém, meu pai foi uma criança traficada - embora na época isso se chamasse “adoção à brasileira” - e foi criado por um casal branco. Tive uma irmã paterna, um ano mais nova que eu, que infelizmente também virou estatística cedo. Minha irmã era uma mulher preta, e, a partir dela, tenho três sobrinhas negras, de diferentes

¹ Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024).

tonalidades. Meu padrasto, pai de meus irmãos maternos mais novos, também é um homem negro, mas com cabelos lisos e pele mais clara do que era a de meu pai.

Apesar dessa escala pantone familiar, que não é rara de se identificar no Brasil, fui sobretudo socializada por minha avó materna, uma mulher branca e marcadamente racista. Minha mãe conta que uma das primeiras frases que ouviu no hospital após o meu nascimento, da parte de familiares, foi “ainda bem que nasceu branquinha”. Ao longo de minha infância, como tantas mulheres negras, nutri ódio pelo meu cabelo, sofria ofensas diárias relacionadas à minha aparência que impactaram e impactam a minha autoestima até hoje, não era escolhida por ninguém como par para eventos como quadrilhas juninas, e estava sempre nas listas das mais feias da classe. Porém, eu nunca entendi nenhuma dessas violências como racismo, acredito que sequer tenha conscientemente pensado sobre ele quando criança.

Lorenzo Macagno (1999) narra, em um artigo que debate lusotropicalismo, ter encontrado 492 diferentes categorizações em um estudo utilizando fotografias de brasileiros, com pelo menos vinte combinações léxicas utilizadas para descrever identificações intermediárias entre o branco e o preto. Neste cenário, eu cresci ouvindo que eu era “sará”. Embora não houvesse nenhum tipo de debate racial em meu círculo familiar ou escolar, categorias como essa se fixaram em meu processo confuso e violento de construção de identidade. “Sará” figurava em um lugar quase alheio à racialidade, um lugar de neutralidade inerente à branquitude que eu nunca vivenciei, mas que minha avó se esforçou a vida toda para defender discursivamente, e minha mãe nunca teve letramento racial suficiente para incidir de outra maneira.

Mesmo ao longo da faculdade de Ciências Sociais, na qual ingressei com dezessete anos, em 2004, e ao longo da qual realizei transição capilar e assumi enfim meu cabelo natural, não cheguei a elaborar mais detidamente uma reflexão sobre a minha identidade e pertença raciais, até por um olhar mais voltado para os problemas que então eu via como maiores, e que, na época, não conseguia enxergar como minha vida os refletia cotidianamente.

Voltando então para 2010, quando esse meu amigo me diz, em Moçambique, que sou mulata e ainda por cima confusa, minha reação foi de espanto. Lembro de, na hora, ter apenas dado risada e seguido a conversa, mas por vários dias ter refletido sobre essa frase. Em minha trajetória como pesquisadora desde então, me deparei com essa percepção por parte de minhas interlocutoras diversas vezes, mulheres que só se entendem enquanto mulheres negras no processo migratório. Este processo provavelmente é mais comum

entre mulheres de fenótipo ambíguo, como o meu, mas mesmo entre mulheres pretas é possível que isso aconteça, na medida em que negritude e identidades raciais não são entendidos e vivenciados da mesma forma em todas as partes do globo. Ilustração disso está na experiência da personagem Ifemelu, mulher nigeriana que migra para os Estados Unidos, no romance autobiográfico “Americanah”, de Chimamanda Adichie (2014). Apesar de retinta, ela narra que só se entendeu como negra na experiência migratória, uma vez que em seu país de origem não via a questão racial como um tema relevante.

Durante o período em que vivi em Moçambique, realizei minha pesquisa de mestrado, uma etnografia das relações cotidianas entre brasileiros e moçambicanos no contexto dos chamados “megaprojetos” brasileiros no país à época, particularmente os da área da mineração empreendidos pela empresa Vale. Já neste momento, eu fazia parte do grupo estudado por mim, uma vez que eu era uma das migrantes brasileiras contratadas pelas diversas prestadoras de serviço da mineradora para realizar atividades na área social ligadas ao seu negócio. Minha intenção inicial estava ligada a investigar práticas e representações cotidianas, tendo como eixos de análise os debates sobre noções de desenvolvimento, dominação, racismo e (neo)colonialismo. Embora o racismo estivesse presente e se tratasse de uma etnografia, eu buscava pesquisar, a partir daquele cotidiano, temas amplos, ligados aos projetos de desenvolvimento e dominação colocados entre os dois países, o que, ainda, enxergava como problemas maiores.

Porém, a raça passou a estar presente em todas as minhas relações, sendo cada vez mais impossível ignorá-la, particularmente no campo dos afetos e de meus processos de pertencimento e construção de identidade, que, se já me pareceram temas algo “menores”, foram crescendo para mim, pessoal e teoricamente, cada vez mais.

Antônio Sérgio Guimarães (2008) afirma que as “cores” das pessoas não existem de maneira independente do modo como elas percebem e organizam suas experiências de vida, ou seja, tal como condicionadas pelas relações sociais de que participam. Bianca Santana afirma em seu livro “Quando me descobri negra” (2015) o seguinte:

Tenho 30 anos, mas sou negra há apenas dez. Antes era morena. Minha cor era praticamente travessura do sol. Era morena para as professoras do colégio católico, para as coleguinhas – que talvez não tomassem tanto sol – e para toda a família que nunca gostou do assunto. ‘Mas a vó não era descendente de escravos?’, eu insistia em perguntar. ‘E de índio e de português também’, era o máximo que respondiam. Eu até

achava bonito ser tão brasileira. Talvez por isso aceitasse o fim da conversa. (Santana, 2015, p. 13)

Da mesma forma, em minha trajetória e de tantas pessoas com quem já convivi, a leitura da própria “cor” e de outros traços fenotípicos e com isso se descobrir uma pessoa racializada, em meio a um cenário de embate entre a reivindicação de uma negritude e o “ser tão brasileira”, é muitas vezes vivenciada como processo e a partir das relacionalidades estabelecidas em cada contexto.

Depois de Moçambique, tive ainda a oportunidade de viver na Venezuela e na África do Sul, além de ter conhecido muitos países por períodos mais curtos, me interessando cada vez mais pelos deslocamentos das categorias de raça na experiência migratória. Já de volta ao Brasil, vivi em extremos como Roraima e Santa Catarina, vivenciando distâncias não só geográficas, mas principalmente simbólicas também dentro do Brasil, particularmente no que se refere às percepções raciais.

Em certa ocasião, em um jantar profissional, um homem branco em posição de comando em outra organização se dirigiu a mim dizendo “ela tem um pé na cozinha, não é mesmo?”, causando algum espanto em minha chefia direta, um homem branco francês. Meu sentimento foi de constrangimento e alguma humilhação em que ter que traduzir para meu chefe o que para mim estava óbvio na frase, tão típica do racismo recreativo cotidiano brasileiro. Embora eu tivesse um cargo de coordenação em uma organização internacional, para muitas daquelas pessoas eu sempre teria um pé na cozinha.

Em minha pesquisa de doutorado, busco observar o impacto dos deslocamentos de categorias raciais e distintas efetivações dos racismos em diferentes contextos nacionais nas vivências de mulheres migrantes negras. Minha preocupação central está ligada à esfera dos afetos, do pertencimento e da identidade, a partir de histórias de vida de interlocutoras em Lisboa e Maputo e da minha própria trajetória, em uma perspectiva interseccional.

A abordagem adotada de migrante é a da transnacionalidade, presente nos estudos migratórios a partir de 1990, considerando os deslocamentos de pessoas, mas também de ideias, e permitindo maior ênfase nas relações de gênero e outras relações de poder (Lobo, 2018). Nesta perspectiva, o migrante, então entendido como transnacional, mantém vínculos e vivências nos dois (ou mais) territórios, ainda que não circule efetivamente entre eles, uma vez que os territórios são vividos, imaginados.

Esta abordagem, inaugurada pelo clássico “Nations Unbound” (Basch; Schiller; Blanc, 1994), dialoga com a ideia de trânsito, que entende os movimentos migratórios como fluxos e não a partir de pontos de origem, destino e retorno. Da mesma forma, migrantes negros em seus trânsitos passam a carregar consigo os acúmulos vivenciados com relação à questão racial (e tantas outras), ressignificando e transformando tais representações não só para si mesmas como para as pessoas e sociedades com que convivem. Desta forma, pessoas migrantes consistem em uma oportunidade de discutir fluxos e transformações de categorias e simbolizações diversas, como, neste caso, as ligadas à questão racial.

Oracy Nogueira (1985) contrapõe o “preconceito de marca”, baseado nas características físicas, ao “preconceito de origem”, no qual se supõe que o mestiço se filie racialmente ao grupo discriminado. No Brasil, o “preconceito de marca” seria predominante, ao contrário de países como os Estados Unidos e a África do Sul, fazendo com que a percepção de uma discriminação mais direta seja obscurecida pela vasta gama de fenótipos percebidos e pelo discurso de mestiçagem e boa convivência. Este quadro teórico que se tornou clássico nos estudos raciais segue sendo central na maioria das análises contemporâneas sobre o tema, porém, cabe uma reflexão sobre a maneira dicotômica como se opõem analiticamente muitas vezes essas duas variações do racismo. O contexto no Brasil vem sofrendo transformações importantes no que tange às relações raciais e seus entendimentos e representações na sociedade. A própria discussão sobre mestiçagem e sistema birracial versus multirraciedades tem se acirrado em paralelo aos debates sobre leis de cotas e, mais recentemente, a partir de uma reivindicação de identidades mestiças em contraponto ao entendimento estatal hegemônico atualmente, que soma pardos e pretos como negros, o que se reflete inclusive nas categorias censitárias e orientadoras oficiais de políticas públicas. Embora este debate remeta muitas vezes ao discurso ultrapassado freyreano de democracia racial e venha inclusive sendo cooptado pela extrema direita em algumas frentes² no sentido de atacar políticas afirmativas, é importante reconhecer essas transformações em sua complexidade e como um processo em curso, sobre o qual é importante intervir por meio de ampla participação social.

Por outro lado, o processo de identificação racial por parte de pessoas mestiças de fenótipo ambíguo também tem se intensificado, chegando a causar críticas opostas, no sentido de pessoas pardas se declararem pretas em uma manifestação de orgulho de uma

² Ver, por exemplo, o chamado “Movimento Pardo-Mestiço Brasileiro”, que reivindica diretamente Gilberto Freyre e associa os governos de esquerda recentes no país ao que chama de racismo contra mestiços: <https://nacaomestica.org/> (acesso em 15.07.2024)

negritude recentemente construída e vivenciada e, com isso, viciarem dados causando uma falsa impressão de melhorias na vida de pessoas pretas especificamente³.

Movimentos como esses questionam, na prática, a dicotomia proposta por Oracy Nogueira - ainda que por meio de tipos ideais - e representam deslocamentos e transformações importantes acontecendo atualmente na leitura destas categorias, não só no Brasil como no mundo, considerando um contexto de intensa circulação de ideias, acirrado pelo advento da internet e, mais recentemente, das redes sociais, e de pessoas, o que nos leva novamente à centralidade da categoria “migrantes” na análise das relações raciais contemporâneas.

Essa perspectiva de trânsitos dialoga ainda com a proposta de Gloria Anzaldua (2005) de uma “nova consciência mestiça”. É importante ressaltar que suas reflexões partem de um debate mais amplo e que não dialoga diretamente com a história brasileira, que vem ao longo das últimas décadas tentando desconstruir o mito de convivência pacífica entre raças e ausência de racismo ratificado pela ideia de democracia racial dominante até os anos 1960 e cuja ressonância global deste projeto, associado na época à segunda guerra mundial, ressoa até os dias de hoje. Isto posto, a força da ideia de Anzaldua reside na associação da rigidez à morte, de modo que a autora propõe que a potência da mestiçagem reside justamente na tolerância à ambiguidade, na negação de uma perspectiva dicotômica de inventariar o que se herda de cada lado e na sua substituição por um processo de síntese de algo que é mais e maior do que as partes anteriores: uma nova consciência mestiça.

A linguagem literária de Anzaldua retrata o sentimento de fronteira que mulheres migrantes carregam consigo, particularmente as racializadas, aproximando cada uma de nós às categorias trabalhadas pela autora, ligadas à ideia de encruzilhada. Essa metáfora leva ainda a outra, também famosa, utilizada por Kimberlé Crenshaw (2002) para explicar a ideia da interseccionalidade entre diferentes marcadores da opressão (Venancio, 2024). Mulheres negras migrantes encontram-se, portanto, no entroncamento entre as avenidas da raça, do gênero, da classe, da nacionalidade, da orientação sexual, entre tantas outras, e submetidas, ainda, às diferentes leituras de cada uma destas categorias nos diversos contextos nacionais e simbólicos pelos quais circulam.

Se por um lado, adventos como o colorismo, descrito por Alessandra Devulsky (2021) como uma parte do racismo, uma estratégia de valoração por gradação de cor, criada pelo

³ A pesquisadora Carla Akotirene costuma se manifestar nesse sentido nas redes sociais e em textos como o que se pode ler neste link: <https://mundonegro.inf.br/devolvam-o-pardo-ao-movimento-negro-diz-carla-akotirene/> (acesso em 15.07.2024)

colonialismo branco e intrinsecamente ligada à escravização, afasta mulheres negras migrantes de diferentes origens e “cores” em suas experiências, por outro lado, existem vivências que aproximam a nós todas, como, por exemplo, as descritas por Grada Kilomba em “Memórias da Plantação” (2019) sob títulos como “Políticas do Cabelo”.

Grada Kilomba relata “episódios de racismo cotidiano” vividos por mulheres negras migrantes, inclusive por ela mesma, em diferentes territórios, resultando em análises que vão desde a esfera do trauma até a persistência da dicotomia colonial entre senhor e escravizada em relações contemporâneas, em um processo que entende por epistemologia com o sujeito como parte.

Esta proposta epistemológica da autora nos leva à reflexão final deste ensaio, justamente sobre as justificativas e alinhamentos metodológicos relacionados às práticas de “escritas de si” que nomeiam este grupo de trabalho. Escrever ao modo de Grada Kilomba, entrelaçando narrativas sobre sua vida e a de suas interlocutoras e procedendo às análises brilhantes que povoam sua obra e contribuem para a elaboração mais aprofundada de nossas vivências por parte de tantas mulheres negras, não consiste, para mim, na etapa mais difícil do processo. Já justificar metodologicamente o uso de minha própria história de vida junto a de minhas interlocutoras sim parece um desafio, particularmente no campo da Antropologia, onde tais práticas têm sido objeto de “suspeição por seu suposto individualismo e não-cientificidade”, como pontua a descrição deste grupo de trabalho.

As principais referências que tenho utilizado não pertencem ao campo da Antropologia, como Eclea Bosi (2003), psicóloga que aponta que a memória é o trabalho de organizar fragmentos, e, do ponto de vista da psicologia, uma tentativa simbólica de elaboração de traumas; ou Sueli Carneiro (2023), filósofa que usa a noção de testemunho, cunhada a partir dos sobreviventes alemães da Segunda Guerra e de ditaduras na América Latina, transpondo a ideia para falar das memórias do povo negro, uma vez que somos também sobreviventes de algo único na história como o regime escravocrata, de onde também se produziu resistência.

Outra importante referência que tenho trazido é Conceição Evaristo, que propõe a transcrição da oralidade das experiências de mulheres negras como forma de combater as imagens hegemônicas que se construíram sobre nós, a partir das palavras e do olhar do “Outro” por meio do conceito de escrevivência (Evaristo, 2005). Inspirada nela, pretendo trabalhar em minha pesquisa de campo a partir de metodologias que permitam a expressão da história de cada interlocutora para além de entrevistas semiestruturadas em momentos

determinados, permitindo uma construção coletiva das narrativas que pretendo apresentar posteriormente.

Bianca Santana, jornalista e biógrafa de Sueli Carneiro, propõe em sua tese de doutorado o que chama de “escrita de si de mulheres negras” (Santana, 2020), retomando nomes da literatura negra como Toni Morrison e bell hooks para reivindicar um processo de “auto-investigação”, que é individual, mas também é coletivo.

Embora minhas principais referências iniciais sejam de fora da Antropologia, tenho buscado nesses momentos iniciais de elaboração de minha pesquisa de doutorado justamente ampliar este arcabouço, a partir de leituras como a de Gilberto Velho, que trata do uso de biografia em Ciências Sociais, e de Veena Das, que traz um cunho autobiográfico junto a suas etnografias. Leituras cuja marca da posicionalidade da autora ou do autor aparecem acompanhadas de suas biografias, em maior ou menor medida, têm também contribuído para essa ampliação de perspectiva com relação à Antropologia que pode ser considerada canônica ou hegemônica.

Desta forma, concluo este breve ensaio retomando seu objetivo, que consiste na troca de experiências e no intercâmbio de acúmulos práticos e teóricos no campo das chamadas escritas de si dentre os participantes deste grupo de trabalho. A partir destes fragmentos iniciais de minhas vivências e as relações entre elas e meus temas de pesquisa, e partindo também das questões metodológicas em aberto que encerram este texto, pretendo, portando, um aprofundamento do debate neste campo que contribua para o posterior desenvolvimento de minha pesquisa.

Referências Bibliográficas

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. Americanah. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

ANZALDÚA, Gloria. La conciencia de la mestiza: rumo a uma nova consciência. Revista Estudos Feministas, vol.3 n. 3, 2005, p. 704-719.

BASCH, Linda; SCHILLER, Nina Glick; BLANC, Cristina Szanton. Nations Unbound. Transnational projects, postcolonial predicaments and deterritorialized nation-states. Langhorne: Gordon & Breach, 1994.

BOSI, Ecléa. O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

CARNEIRO, Sueli. Dispositivo de racialidade: A construção do outro como não ser como fundamento do ser. Belo Horizonte: Zahar, 2023.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos de discriminação racial relativos ao gênero. Revista Estudos Feministas, p. 171 – 189, 2002.

DEVULSKY, Alessandra. Colorismo. São Paulo: Jandaíra, 2021.

EVARISTO, Conceição. Gênero e etnia: uma escre (vivência) de dupla face. In: MOREIRA, Nadilza de Barros; SCHNEIDER, Liane (orgs.). Mulheres no mundo: etnia, marginalidade e diáspora. João Pessoa: Idéia, 2005.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. Preconceito racial: modos, temas e tempos. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

KILOMBA, Grada. Memórias da Plantação. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

LOBO, Andrea. Mobilidades e etnografias possíveis: entre migrações, refúgios e trânsitos diversos. Revista Textos Graduated, n. 1, v. 4, 2018.

MACAGNO, Lorenzo. Fronteras de la imaginación luso-tropicalista: Brasil, Portugal y África en el "orientalismo" de Gilberto Freyre. In: FATIHA, B.; MONTENEGRO, S.; AYAD, N. B.. (Org.). Repensar las fronteras. Culturas: continuidades y diferencias. África-Europa-América Latina. Rabat: Instituto de Estudios Hispano-Lusos, 2011, v. 1, p. 39-52.

NOGUEIRA, O. Preconceito racial de marca, preconceito racial de origem. In: Tanto preto quanto branco: estudo de relações raciais. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.

SANTANA, Bianca. A escrita de si de mulheres negras: memória e resistência ao racismo. Tese de Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Informação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2020.

SANTANA, Bianca. Quando me descobri negra. São Paulo: Editora SESI-SP, 2015.

VENÂNCIO, Vinícius. Nu bem djobi vida li: mobilidades, pertencimentos e tensões da antinegitude na vida de mulheres da África continental residentes na capital cabo-verdiana. 2024. 424f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2024.